



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo eletrônico nº 16609/2024

IMPUGNAÇÃO A EDITAL DE LICITAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DE IRREGULARIDADE QUE JUSTIFIQUE A ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024. CONDUÇÃO EM CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, PUBLICIDADE, IMPESSOALIDADE E ECONOMICIDADE. PELA REJEIÇÃO DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA E CONTINUIDADE REGULAR DO PROCESSO LICITATÓRIO.

A vereadora Daniela Aparecida de Carvalho da Silva apresentou impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 056/2024, que trata da contratação de serviços de internet pela Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto. Argumenta que houve irregularidades na pesquisa de preços, com envolvimento de duas empresas aparentemente pertencentes ao mesmo dono, caracterizando violação ao princípio da impessoalidade. Também aponta conflito de interesses, já que um ex-secretário municipal, vinculado à administração atual, foi contratado por uma das empresas participantes. Além disso, questiona a necessidade do certame, dado que o contrato vigente só expira em abril de 2025. Por essas razões, solicita a anulação do processo licitatório e alerta para possíveis consequências legais.

A Divisão de Licitação recebeu a impugnação e a encaminhou à Agente de Contratação, responsável pela condução do certame, nos termos do artigo 8º da Lei nº 14.133/2021, que solicitou à Procuradoria Geral do Município, análise e parecer.

Essa é a síntese do processo.

1. Sobre a Impessoalidade e a Pesquisa de Preços

Embora a impugnante alegue que a pesquisa de preços foi feita de maneira tendenciosa, utilizando empresas com suposto vínculo, a legislação aplicável à pesquisa de mercado, como previsto no art. 23, IV da Lei 14.133/21, exige a consulta a no mínimo três fornecedores capacitados. A consulta foi realizada conforme previsto no edital, e não há proibição legal para que uma empresa em processo de aquisição por outra participe da cotação, desde que possua autonomia jurídica, fiscal e financeira para apresentar proposta.

Além disso, qualquer questionamento sobre o controle societário das empresas mencionadas deveria ser embasado em documentação oficial, como consulta a juntas comerciais ou relatórios de governança, o que não foi apresentado.





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

2. Sobre a Suposta Elevação Indevida de Preços

O aumento do valor mensal indicado no contrato em relação ao preço praticado em anos anteriores é explicado por diversos fatores, como inflação acumulada, atualizações de tecnologia, aumento de demanda por serviços e custos operacionais. Tais ajustes são comuns e baseiam-se no princípio da vantajosidade para a Administração, conforme avaliação do mercado e não apenas valores históricos.

O preço médio anual estimado pela Administração Pública foi fundamentado em pesquisa e segue os princípios da economicidade e eficiência. A diferença entre valores apresentados pelas empresas concorrentes é natural em licitações e não caracteriza, por si só, irregularidade.

3. Sobre a Contratação de Ex-Servidor e Suposto Conflito de Interesses

A contratação de ex-servidores por empresas privadas após o término de seu vínculo com a Administração Pública é uma prática permitida pela legislação, desde que respeitadas as condições legais. Eventuais alegações de conflito de interesses devem ser comprovadas de forma inequívoca, e não meramente apontadas de maneira genérica.

No caso em questão, o processo licitatório foi iniciado em 24/10/2024, ou seja, após o desligamento do servidor mencionado, ocorrido em 08/10/2024. Não há qualquer indício de que sua contratação pela empresa tenha violado normas legais ou configurado situação irregular.

Além disso, não foram apresentados elementos que demonstrem o uso de informações privilegiadas de forma ilícita ou qualquer interferência do ex-servidor no curso do processo licitatório.

4. Sobre a Suposta Falta de Necessidade da Licitação

A continuidade da prestação de serviços essenciais, como links de internet, exige planejamento e contratação antecipada. A Lei 14.133/21 incentiva a Administração a evitar contratações emergenciais e assegurar transição regular entre contratos. A realização da licitação, mesmo com contrato vigente, visa garantir a continuidade do serviço sem descontinuidade ao término do contrato atual.

5. Sobre a Alegação de Suposta Fraude e Pedido de Anulação do Certame

As alegações da impugnante sobre fraude carecem de provas concretas. A simples relação entre empresas ou a contratação de um ex-servidor não configuram, por si só, ilegalidades ou dolo. Não há elementos apresentados que comprometam a legalidade ou transparência do certame. A anulação do pregão, sem demonstração cabal de vícios que inviabilizem a competição ou causem prejuízo à Administração, é medida desproporcional e contrária ao interesse público.





MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

Procuradoria Geral do Município

Conclusão:

Com base nos fundamentos apresentados, não se verifica qualquer irregularidade que justifique a anulação do Pregão Eletrônico nº 56/2024. O certame está sendo conduzido em conformidade com os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade e economicidade. Deste modo, a impugnação apresentada deve ser rejeitada, permitindo a continuidade regular do processo licitatório.

À Divisão de Licitação para conhecimento e deliberação.

São José do Vale do Rio Preto, 2 de dezembro de 2024.

ALEXANDRE QUINTELLA GAMA
Procurador Geral do Município
OAB/RJ 98.018





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

2C9EDEBFBB734E8AAF51D2B1F4A570A6

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/2C9EDEBFBB734E8AAF51D2B1F4A570A6>